



PAZ NA GUINÉ-BISSAU



Amílcar Cabral, o grande obreiro da independência da Guiné-Bissau

Mário Soares e Pedro Pires assinam esta tarde em Argel o acordo de independência

Chegaram felizmente a bom termo as negociações de paz entre Portugal e o PAIGC acerca da independência da Guiné-Bissau, iniciadas após o triunfo do Movimento de 25 de Abril. Quando esta edição do nosso jornal já estiver na rua, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, dr Mário Soares, e um representante do PAIGC, major Pedro Pires, assinam, em Argel, um acordo através do qual o nosso País reconhece a independência da Guiné-Bissau. Marcada para as 17 horas de Lisboa, a cerimónia a que deve comparecer o presidente Boumediène, contará com a presença do Governo e do Conselho de Revolução argelinos, assim como do Corpo Diplomático e de representantes da Imprensa internacional.

O acordo, no qual se marca a data de 12 de Setembro para a celebração da independência do novo país africano, foi anunciado em nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia e vem culminar uma última série de conversações secretas realizadas em Argel, desde sexta-feira passada, e em que participaram os ministros portugueses Mário Soares e Almeida Santos. Estes haviam chegado àquela capital na véspera, acompanhados de dois oficiais das Forças Armadas. A representação do P.A.I.G.C. foi chefiada pelo ma-

ior Pedro Pires, elemento da comissão executiva do Partido com a categoria de vice-ministro da Defesa.

Lembra-se que os contactos directos entre o Governo Provisório Português e o P.A.I.G.C. se iniciaram em Londres, no dia 25 de Maio, e, após uma interrupção, foram retomados em Argel, um tanto inesperadamente, em 13 de Junho — para uma conferência de curta duração e no decurso da qual teriam surgido «profundas divergências», suscitadas principalmente, segundo alguns observadores, pelo «futuro político das ilhas de Cabo Verde».

As conversações foram, entretanto, reatadas no começo deste mês, e novamente em Argel, onde as delegações portuguesa e do P.A.I.G.C. se reuniram no dia 9, em ambiente que reflectia a cordialidade que desde há muitas semanas caracterizava as relações entre as forças militares das duas partes do próprio território da Guiné-Bissau.

Estabelecida uma ponte aérea entre Bissau e Lisboa, diversos aviões têm chegado à Portela, nos últimos dois dias, com soldados portugueses que se encontravam a cumprir as suas comissões de serviço naquele território. Só ontem à noite, registou-se a chegada de 1.600 militares, os quais foram distribuídos pelo Regimento de Artilharia Ligeira, 1, Depósito Geral de Adidos e outras unidades, antes de serem licenciados.

Ao princípio desta tarde (13 e 35), chegou mais um avião, estando previsto que outros dois aterrem na Portela ainda hoje: às 16 e 30 e às 17 e 40. Igualmente ao princípio da próxima madrugada (0 e 40), chegará mais um avião.

A chegada dos aviões, têm-se registado as habituais cenas de alegria, com muitas pessoas aguardando o regresso dos soldados seus familiares. Segundo fontes fidedignas, o total de voos previstos para a ponte aérea (que prosseguirá durante esta semana) é de 70, entre aviões da TAP e da Força Aérea. Igualmente o paquete «Ulge» foi destacado para o transporte de tropas.

No território da República da Guiné-Bissau permanecerá, todavia, um pequeno contingente português, que, segundo fontes fidedignas, não deverá ultrapassar duas companhias, o que corresponde a cerca de 300 homens. O material de guerra estacionado na Guiné tem vindo, de há um mês a esta parte, a ser transferido para Cabo Verde (ilha do Sal), devendo ser oportunamente canalizado para Portugal.

O "25 de Abril" tem quatro meses

Quatro meses se completaram, ontem, sobre a madrugada de esperança em que o Movimento das Forças Armadas arrancou para o derrube do regime fascista. A extraordinária adesão popular, logo manifestada de maneira incontível e espontânea, continua na ordem do dia: mais do que nunca, impõe-se a aliança popular com o Movimento das Forças Armadas, numa fase da nossa vida política em que se assiste à reorganização perigosa e actual das forças reaccionárias que mantiveram o País num dos mais vergonhosos regimes de opressão e obscurantismo dos tempos modernos.

Esta é a palavra de ordem dos partidos políticos coligados no Governo Provisório: aliança popular com as Forças Armadas e unidade das forças democráticas. E preciso defender sem hesitações as conquistas alcançadas. E preciso an-

dar para a frente, em aliança poderosa das forças progressistas. Para evitar retrocessos perigosos e consolidar um regime autenticamente democrático institucionalizado nas leis; para acelerar o processo de descolonização, problema vital da sobrevivência do País independente; para conseguir a recuperação económica e a justiça social, libertando os trabalhadores do peso terrível de sustentar erros, guerras e explorações de grupos económicos que têm comprometido gravemente a independência nacional.

Completaram-se ontem quatro meses sobre o 25 de Abril. Seria injusto e prova de irrealismo idiota desconhecer ou ignorar o muito que se avançou, as conquistas reais que neste curto espaço de tempo foram conseguidas pelo povo português ao lado do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório: recuperação das liberdades fundamentais, através da destruição de cúpula do regime caetanista; e do seu aparelho repressivo; livre organização das forças políticas democráticas e seu

acesso ao poder; início da liquidação de organização corporativa, sobretudo, numa primeira fase, através da «libertação» dos sindicatos, que passaram a ser de facto represen-

tativos dos trabalhadores; possibilidade real de estes iniciarem um larguíssimo processo reivindicativo directo, em defe-

Continua na pág. 24



Já vestidos civilmente, alguns dos militares regressados da Guiné-Bissau nas últimas horas aguardavam, esta manhã, à porta do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, na Encarnação, transporte para as suas residências.